

MINERAÇÃO ARTESANAL

Formalização do sector e integração na economia formal dominam diálogo multisectorial no Niassa

- A mineração artesanal constitui uma fonte de subsistência para comunidades do Niassa, mas os operadores relatam dificuldades no acesso ao licenciamento, às áreas mineiras, ao financiamento, à tecnologia e aos mercados formais. A demora na regularização da actividade esteve no centro do debate entre mineradores artesanais e representantes das instituições públicas do sector, em Lichinga.



Estas questões foram discutidas no Diálogo Multisectorial sobre Mineração Artesanal, promovido pelo Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD), no dia 24 de Setembro de 2026, sob o tema “Formalização, Direitos

Humanos e Desenvolvimento Local”. O encontro criou um espaço de debate entre autoridades provinciais e distritais, operadores artesanais e representantes das comunidades, do sector privado, da sociedade civil e da academia.

Mineradores questionam demora na formalização

No primeiro painel, subordinado ao tema “Mineração Artesanal no Niassa: entre a sobrevivência das comunidades e a presença do Estado”, os participantes discutiram as condições em que a actividade é exercida, as dificuldades de licenciamento e a presença das instituições públicas nos locais de mineração.

Rajabo Cimalawonga, representante dos mineradores artesanais do Niassa, criticou a demora no reconhecimento e na regularização de operadores que, segundo afirmou, exercem a actividade há décadas.

Como exemplo, apontou Lupilichi, no distrito de Lago, onde, de acordo com o seu relato, há

moçambicanos que se dedicam à mineração artesanal desde 1993 e continuam à espera da formalização da actividade.

Cimalawonga questionou também o tratamento dado aos pedidos de licenciamento. Segundo afirmou, enquanto operadores locais aguardam durante anos, outros, incluindo cidadãos estrangeiros, conseguem formalizar as suas actividades em períodos mais curtos.

Os representantes dos mineradores defenderam que a demora nos processos e a falta de mecanismos acessíveis de formalização dificultam a saída da informalidade e o acesso ao financiamento, à tecnologia e aos mercados formais.



Instituições mineiras apontam incumprimento de requisitos legais

Mordqueu Gonçalves Omar, chefe do Departamento de Inspeção e Fiscalização Mineira do Instituto Geológico e Mineiro (IGREME), e Felismino Chirimbo, técnico de Recursos Minerais do Instituto Nacional de Minas (INAMI), ambos no Niassa, contestaram a ideia de que a responsabilidade pela situação do sector cabe exclusiva-

mente ao Estado.

Segundo os dois intervenientes, parte dos operadores exerce a actividade de forma sazonal, sem cumprir os requisitos legais aplicáveis e, em alguns casos, em áreas já concessionadas.

Os representantes dos mineradores contestaram estes argumentos, reiterando as dificuldades de acesso à formalização e a demora na tramitação dos pedidos de licenciamento.

Apesar das posições divergentes, os inter-

venientes reconheceram a necessidade de formalizar a actividade. Durante o debate, foi defendido que as instituições públicas devem trabalhar directamente com os operadores, facilitar o acesso aos procedimentos e prestar apoio ao cumprimento dos requisitos legais.

Impactos ambientais e segurança dos trabalhadores em discussão

O segundo painel, subordinado ao tema “Mineração Artesanal, Gestão Ambiental e Desenvolvimento das Comunidades do Niassa”, abordou os impactos da actividade sobre a água, as terras agrícolas, as florestas e os meios de subsistência das comunidades.

Participaram neste painel Virgílio Benesses, representante da sociedade civil; Salvador Ângelo, académico da Universidade Rovuma, Extensão de Lichinga; e Elves Novela, dos Serviços Distritais de Planificação e Infra-estruturas (SDPI) de Lago.

A discussão incluiu as cavas abandonadas, a recuperação de áreas degradadas, a segurança dos trabalhadores e as responsabilidades dos actores envolvidos na actividade mineira.

Os participantes defenderam que a exploração dos recursos minerais deve ser acompanhada por medidas de protecção ambiental e segurança, bem como pela promoção de benefícios económicos e sociais para as comunidades. Destacaram igualmente a necessidade de proteger a actividade agrícola e os recursos naturais dos quais dependem as populações.

Formalização deve ir além da atribuição de licenças

O Censo de Mineradores Artesanais de 2021 identificou, a nível nacional, 229.680 operadores e estimou em 806.957 o número de pessoas envolvidas na cadeia de valor da actividade. Para cerca de três quartos dos operadores, a mineração constituía a principal fonte de rendimento.

No diálogo realizado em Lichinga, os participantes defenderam que a formalização deve ir além da atribuição de licenças. Deve incluir condições de acesso às áreas mineiras, ao financiamento, à tecnologia e aos mercados, permitindo aos operadores exercer a actividade de

forma legal, segura e sustentável.

Foi também defendido o reforço da presença e da capacidade das instituições públicas nos locais de mineração, para melhorar o acompanhamento da actividade, a fiscalização e a protecção dos direitos das comunidades.

O diálogo integra uma acção-piloto do CDD, apoiada pela Open Society Foundations, destinada a reforçar a participação dos operadores artesanais e das comunidades afectadas nas discussões sobre governação dos recursos naturais, direitos humanos e desenvolvimento local.

O diálogo integra uma acção-piloto do CDD, apoiada pela Open Society Foundations, destinada a reforçar a participação dos operadores artesanais e das comunidades afectadas nas discussões sobre governação dos recursos naturais, direitos humanos e desenvolvimento local.







MISSÃO:

Inspirar e impulsionar acções para proteger os direitos humanos, fortalecer a democracia e promover a justiça.

MISSION:

Inspiring and driving actions to protect human rights, strengthen democracy, and promote justice.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autores: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschield, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Ministry for Foreign
Affairs of Finland



FORD
FOUNDATION



OPEN
SOCIETY
FOUNDATION



UNIÃO EUROPEIA